

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

v. 21 n. 126

maio/junho 2025

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenador-Geral

Flávio Tartuce

Coordenadores

Anderson Schreiber – Daniel Amorim Assumpção Neves
Débora Brandão – Fernanda Tartuce – Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Ana Beatriz Presgrave – Ana Luiza Maia Nevares – Angelica Carlini
Arlete Aurelli – Carlos Nelson Konder – Cecília Asperti – Cesar Calo Peghini
Cláudia Lima Marques – Daniel Mitidiero – Ênio Santarelli Zuliani
Eroulths Cortiano Junior – Fredie Didier Junior – Giselda M. F. Novaes Hironaka
Gustavo Tepedino – Heloísa Helena Barboza – Humberto Theodoro Jr.
José Fernando Simão – José Rogério Cruz e Tucci – Luciano Martinez
Luiz Guilherme Marinoni – Marco Aurélio Bezerra de Melo
Maria Helena Diniz – Marília Pedrosa Xavier – Maurício Bunazar
Pablo Malheiros Cunha Frota – Pablo Stolze Gagliano
Rodrigo Reis Mazzei – Rolf Madaleno – Sílvio de Salvo Venosa
Susana Henriques da Costa – Trícia Navarro

Colaboradores deste Volume

Andréa Carla de Moraes Pereira Lago – Antônio Pereira Gaio Júnior
Arlete Inês Aurelli – Beatriz Ciabatari Silvestrini Tiezzi Di Serio Dias
Edgard Fernando Barbosa – Erik Frederico Gramstrup – Estevão Schultz Campos
Fernando Rubin – José Henrique Mouta Araújo – Luana Dias Roque
Marco Antonio Lima Berberi – Rodrigo Almeida Magalhães
Thiago Vasques Buso – Vinicius Silva Lemos

© Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

n. 1 (jul./ago. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004
Bimestral.

n. 126 (maio/jun. 2025)

Coordenador-Geral: Flávio Tartuce. Coordenadores: Anderson Schreiber, Daniel Amorim Assumpção Neves, Débora Brandão, Fernanda Tartuce e Rodolfo Pamplona Filho.

ISSN 1807-0930

1. Direito Civil – Periódico. 2. Processo Civil – Periódico.

CDU 347(05)

CDU 347.9(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Capa: Apollo 13

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* chega ao número 126 mais uma vez trazendo importantes temas para debate, tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

Abrimos a edição com o texto de Arlete Inês Aurelli e Thiago Vasques Buso, que trata do *Saneamento e organização do processo: do solipsismo à participação*. O objetivo do autores é identificar a relação entre o modelo cooperativo de processo civil e a fase de saneamento e organização do processo. Começam pelo modelo solipsista, em que o juiz decide de seu gabinete. Após, o modelo colaborativo, em que as partes apresentam negócio jurídico-processual para homologação. E, por último, o modelo cooperativo, em que, em audiência, as partes, o juiz e os demais sujeitos processuais aplicáveis trabalham como uma comunidade.

Dando continuidade à Doutrina, o artigo *Do processo civil comum ao contemporâneo processo previdenciário: linhas conformadoras para uma autonomia procedimental*, de autoria de Antônio Pereira Gaio Júnior, Fernando Rubin e Rodrigo Almeida Magalhães, busca descortinar o ambiente de produção do Código de Processo Civil de 2015 e as possibilidades de sua aplicação, com temperamentos, no âmbito do processo judicial previdenciário, levando em conta as particulares das demandas em Direito Social que visam à concessão de prestações de caráter alimentar diante da Previdência Social pátria.

A edição também contempla o estudo de Erik Frederico Gramstrup e Estevão Schultz Campos, intitulado *A responsabilidade civil pressuposta e a responsabilização pela terceira via: uma apreciação*. O artigo revisita a construção doutrinária e dogmática da responsabilidade civil, com vistas a problematizar questões que se apresentam apenas subliminarmente, não comumente enfrentadas de modo direto, bem como, faz uma revisão da literatura para apresentar as teorias da responsabilidade pressuposta e da terceira via.

Seguimos com o artigo *O tratamento de dados pessoais em processos sob sigilo ou segredo de justiça: um olhar na perspectiva dos incapazes e das pessoas com deficiência*, escrito por Edgard Fernando Barbosa e Marco Antonio Lima Berberi. O objetivo dos autores é ponderar sobre as regras aplicáveis aos processos judiciais cuja publicidade deve ser restrita, considerando-se a dinâmica entre a vedação e a publicização de dados nas ações que tramitam sob sigilo ou segredo de justiça. Abordam o procedimento a ser adotado nos feitos que abarcam dados pessoais sensíveis, nomeadamente nos casos em que pessoas com incapacidade

civil ou com deficiência física, intelectual, sensorial ou psíquica figuram como partes ou são interessadas.

Andréa Carla de Moraes Pereira Lago, Beatriz Ciabatari Silvestrini Tiezzi Di Serio Dias e Luana Dias Roque participam da edição com o texto intitulado *A coexistência afetiva na convivência familiar e a mediação transformativa como instrumento de efetivação do direito personalíssimo à dignidade familiar*. As autoras pretendem averiguar se a mediação transformativa pode ser considerada como um mecanismo adequado de solução de conflitos e de promoção da coexistência afetiva na convivência familiar e de efetivação do direito personalíssimo à dignidade familiar.

Chegamos ao fim da doutrina com o estudo *A construção da tutela provisória e seus três grandes vértices*. O objetivo dos autores José Henrique Mouta Araújo e Vinicius Silva Lemos é identificar os vértices que autorizam a concessão de uma tutela provisória, desde a espécie de cognição e a relação com o direito, as espécies de tutelas que são requeridas e o impacto destas na sentença que seja almeja como tutela definitiva, bem como os fundamentos autorizantes para cada tutela provisória.

A edição encerra com os acórdãos selecionados do STJ, eis que a revista é repositório autorizado de jurisprudência daquele tribunal.

Espera-se, portanto, que esse volume da *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* continue fomentando o debate dos temas correlatos, como uma das mais importantes publicações científicas da área, em nosso País.

Boa leitura! Bons estudos! Boas reflexões.

Flávio Tartuce

Coordenador-Geral da Revista

Sumário

Doutrina

1. Saneamento e Organização do Processo: do Solipsismo à Comparticipação
Arlete Inês Aurelli e Thiago Vásques Buso 7
2. Do Processo Civil Comum ao Contemporâneo Processo Previdenciário:
Linhas Conformadoras para uma Autonomia Procedimental
Antônio Pereira Gaio Júnior, Fernando Rubin e Rodrigo Almeida Magalhães..... 24
3. A Responsabilidade Civil Pressuposta e a Responsabilização pela Terceira
Via: uma Apreciação
Erik Frederico Gramstrup e Estevão Schultz Campos 55
4. O Tratamento de Dados Pessoais em Processos sob Sigilo ou Segredo
de Justiça: um Olhar na Perspectiva dos Incapazes e das Pessoas com
Deficiência
Edgard Fernando Barbosa e Marco Antonio Lima Berberi 75
5. A Coexistência Afetiva na Convivência Familiar e a Mediação
Transformativa como Instrumento de Efetivação do Direito
Personalíssimo à Dignidade Familiar
*Andréa Carla de Moraes Pereira Lago, Beatriz Ciabatari Silvestrini Tiezzi
Di Serio Dias e Luana Dias Roque* 105
6. A Construção da Tutela Provisória e seus Três Grandes Vértices
José Henrique Mouta Araújo e Vinicius Silva Lemos 122

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Alienação Fiduciária. Ação de Busca e
Apreensão. Notificação Extrajudicial. Devedor Fiduciante. Correio
Eletrônico. Possibilidade. Interpretação Analógica. Endereço Eletrônico.
Contrato. Comprovação de Recebimento. Recurso Desprovido
Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira 157
2. Superior Tribunal de Justiça – Ação Monitória. Ação Declaratória de
Nulidade de Sentença Arbitral. Discussão Sobre Existência, Validade
e Eficácia de Cláusula Compromissória. Competência do Juízo
Arbitral. Regra Geral. Exceção. Contratos de Adesão. Alegação de
Descumprimento do Art. 4º, § 2º, da Lei de Arbitragem. Possibilidade
de Apreciação pelo Judiciário. Associação Civil. Inclusão de Cláusula
Compromissória pela Assembleia Geral. Caráter Deliberativo. Não
Configuração de Contrato de Adesão. Não Incidência do Art. 4º, § 2º,
da Lei de Arbitragem. Competência do Juízo Arbitral
Relª Minª Nancy Andriighi 171

3. Superior Tribunal de Justiça – Anulação de Partilha Amigável. Vício de Consentimento. Decadência. Recurso Desprovido <i>Rel. Min. João Otávio de Noronha</i>	181
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189